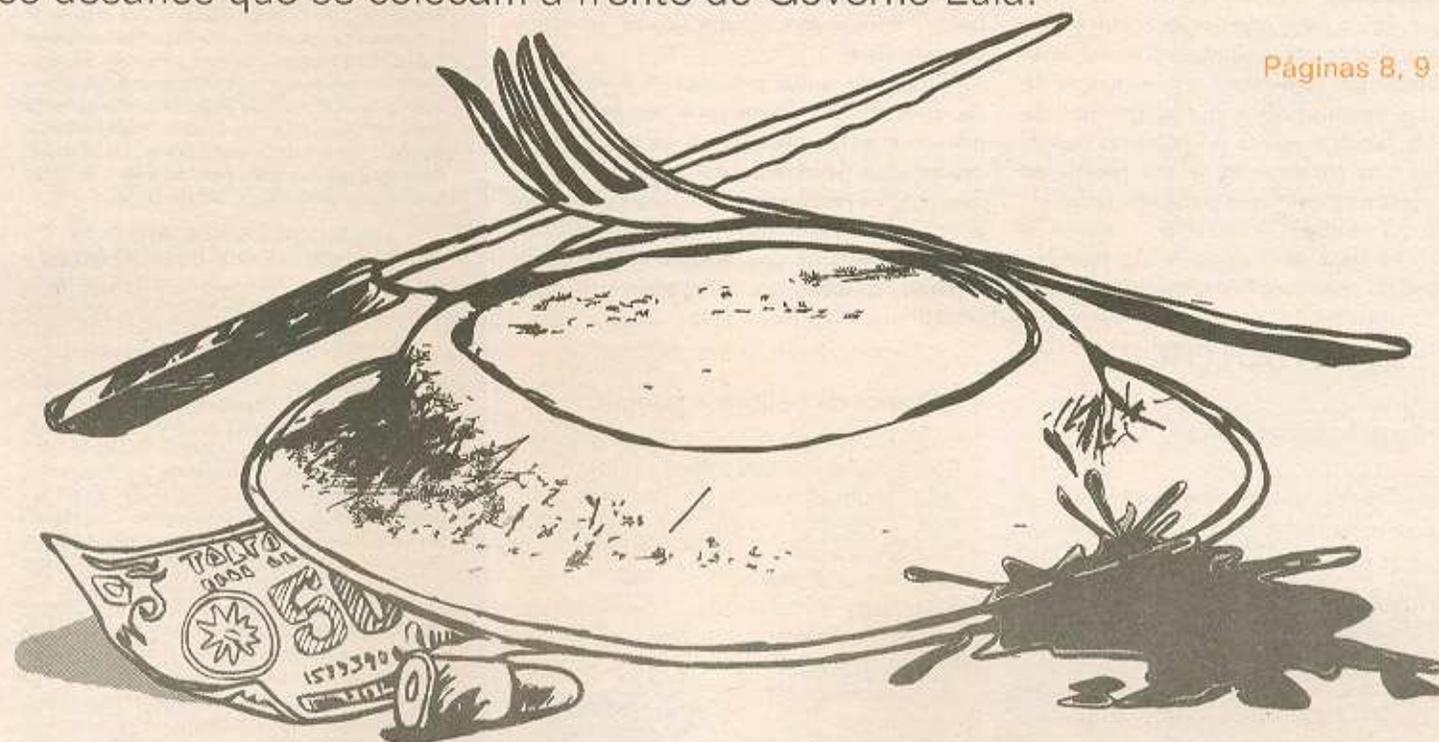


“NÃO É O MOMENTO PARA UM GOVERNO MEDÍOCRE”

Em entrevista ao *JE*, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, do IUPERJ, afirma que os problemas do Brasil não são medíocres e nem rotineiros e, em razão disso, exigem soluções e políticas de grandeza, que possam superar os desafios que se colocam à frente do Governo Lula.

Páginas 8, 9 e 10



Apoio à Venezuela

Comunicado conjunto das entidades de economia do Rio de Janeiro analisa a crise venezuelana, considerando que nela estão presentes “as características de um golpe de Estado, contra a democracia e a soberania dos povos”.

Página 2

Mais de 100 mil no FSM

Mais do que dobrou o número de ativistas e conferencistas presentes à terceira edição do Fórum Social Mundial, no final de janeiro, em Porto Alegre. Entre as novidades, a presença do cientista austríaco Fritjof Capra, autor do livro “O Tao da Física”.

Páginas 3, 4 e 5

Dívida do Rio vai a R\$ 4 bi

Apesar da Lei de Diretrizes Orçamentárias ter previsto a dívida do município carioca em R\$ 3,4 bi, ao final de 2003, a Lei Orçamentária Anual estima, para igual período, um montante do débito em R\$ 4 bi. Além disso, prevê receitas duvidosas.

Páginas 14 e 15

EDITORIAL

SOLIDARIEDADE AO POVO VENEZUELANO

Pela democracia e pela paz na América do Sul

Nós, Conselheiros do Corecon-RJ, diretores do Sindicato dos Economistas e do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro, decidimos vir a público expressar claramente nossa posição com relação à questão venezuelana atual, por considerar que ela reveste todas as características de um golpe de Estado, contra a democracia e contra a soberania de nossos povos.

Julgamos que o golpe que se procura perpetrar na Venezuela está sendo liderado pelas oligarquias retrógradas daquele país, em conluio com o grande capital internacional, com a finalidade explícita de deter as reformas que visam uma melhor distribuição de renda e acabar com a exploração colonial deste povo irmão. Há, claramente, a participação de potências estrangeiras e o engajamento da imprensa falada e escrita no processo desencadeado para substituição de um presidente eleito constitucionalmente por duas vezes.

Mas há também, na raiz do conflito, o objetivo de garantir o controle do petróleo venezuelano pelo cartel de grandes empresas

e pelos trustes internacionais. Remover um presidente eleito livremente por seu povo não pode ser uma solução.

O terrorismo econômico – greve patronal, corte de linhas de crédito, corte de importações essenciais, inflação, etc. – que vem sendo empregado pelos golpistas tem uma longa história na América Latina. Já foi utilizado muitas vezes para derrubar lideranças populares e para colocar em seu lugar governos comprometidos com potências estrangeiras. Os brasileiros, particularmente, já foram massacrados política e economicamente por um longo período do século XX, em razão de tais iniciativas terroristas que infelizmente tiveram sucesso em décadas passadas.

É hora de mudar os rumos da nossa história. É necessário denunciar o terrorismo econômico e fechar questão em torno da democracia, com soberania nacional. Chega de intervenções estrangeiras em nossos países. Para a Venezuela, defendemos a permanência do presidente eleito e uma solução constitucional e política a critério dos venezuelanos. ■

CARTA DO LEITOR

Ao Conselho Editorial do JE:

Francamente, não esperava mesmo que o JE publicasse meus comentários contraditórios ao artigo do Sr. Carlos Eduardo Carvalho – sob título “Os 8 anos de FHC” (JE 158, setembro/2002).

Não é tradição do JE divulgar matéria contrária à sua linha de pensamento.

Em se tratando de órgão oficial do Corecon-RJ, (...) deveria, em homenagem à verdade e à democracia, ser mais informativo, menos político-partidário e opinativo.

*Adauto Machado Correia
Economista e professor universitário aposentado
Barra Mansa, dezembro de 2002*

Nota do Editor – Caro leitor, as contribuições são sempre bem vindas e demonstram o interesse na discussão que o jornal aborda. Sua carta foi publicada na íntegra, na edição de novembro do JE, que circulou em dezembro. As páginas estão abertas, escreva sempre.

100 anos de política econômica

O economista Reinaldo Gonçalves, do Conselho Federal de Economia (Cofecon), lança no próximo dia 12 de fevereiro o seu livro “A Herança e a Ruptura - Cem anos de política econômica e propostas para mudar o Brasil”, publicado pela Editora Garamond. O lançamento será na Livraria do Espaço Unibanco de Cinema, na rua Voluntários da Pátria, 35, em Botafogo, Zona Sul do Rio.



Cartas para o JE:

Avenida Rio Branco, 109/19º
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20054-900
ou pelo correio eletrônico:
apoio@corecon-rj.org.br

economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ, IERJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Cláudio Leopoldo Salm, Helena Maria Martins Lastres, Hildete Pereira de Melo, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cylhar, Paulo Sérgio Souto e Reinaldo Gonçalves • **Edição:** Corecon - Conselho Regional de Economia - Rio de Janeiro - Telefex: 2232-8178 - e-mail: seconist@corecon-rj.org.br - homepage: http://www.corecon-rj.org.br

• **Editor:** Nilo Sérgio Gomes • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Lorendano • **Projeto gráfico:** André Lippmann, José Mira e Marcelo Paiva • **Diagramação e Finalização:** Rossana Henriques (21) 2482-4885 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal - As matérias assinadas por colaboradores não refletem necessariamente a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • Cep 20054-900
Telefax: (21)2232-8178 ramal 22
E-mail: seconist@corecon-rj.org.br
Homepage: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: Ronaldo Raemy Rangel • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** Ângela Maria Puppim Buzanovsky, Francisco Bernardo Karam, Helena Maria Lastres, Hildete Pereira de Melo, Maria José Cylhar Monteiro, Paulo Sérgio Souto • **Conselheiros Suplentes:** Arthur Câmara Cardozo, Eduardo Carlos Sczielsky, José Antonio Lutterbach Soares, Julio Diniz, Julio Flavio Mragaya, Luiz Mario Behrken, Mario Luiz Freitas, Mauro Otonio, Sandra Maria Carvalho de Souza.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupo 1807/1808/1809
Rio de Janeiro • RJ • Cep 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefex: (21)2533-7891 e
2533-2192 • E-mail: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Paschoutto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Paulo Passarinho • **Diretores de assuntos institucionais:** Adhemar dos Santos Mineiro, Rogério da Silva Rocha, Enlio Leite Melo, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Luiz Mario Behrken, Antônio Malki Jr. e Renato Luiz Melo de Oliveira • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Diretores de relações sindicais:** Sandra Maria Carvalho de Souza, Eduardo Mendes Callado, Carlos Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Regina Gadiloi dos Santos, Paulo Gonzaga Mioteli de Carvalho e Marcelo Sereno • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de divulgação e finanças:** Benji Faerman e Eduardo Carlos Sczielsky • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueredo, José Vargas e Jorge de Oliveira Camargo.

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 • 16º andar • Rio de Janeiro
RJ • Centro • Cep 20054-900
Tel.: (21)2509-1077 • Telefex: (21) 232-8178 ramal 22
E-mail: ierj@iertemex.com.br

Presidente: Cláudio Leopoldo Salm • **Vice-presidente:** Hildete Pereira de Melo • **Diretor de Finanças:** Erikson Teixeira Lima • **Diretoria Executiva:** Glória Maria Moraes, José Eduardo Cassiolo, Luiz Antonio Rodrigues Elias, Mario Cordeiro de Carvalho Júnior, Nelson Victor Le Cocq, Paulo Gonzaga Mioteli, Renata Leite Pinto Nascimento, Ruth Espinola Soriano de Souza Nunes, Silvio Renato Paes de Figueiredo.

PORTO ALEGRE 2003

O FÓRUM MUNDIAL DA PAZ

A paz mundial, com o fim dos conflitos no Oriente Médio e a completa rejeição das iniciativas dos EUA e da Inglaterra de guerra contra o Iraque, é o assunto que deverá prevalecer nesta terceira edição do Fórum Social Mundial, junto com o tema central do evento, o desenvolvimento democrático e sustentável.

Mais de 100 mil pessoas vão ocupar Porto Alegre, que provavelmente não será mais a sede do encontro, no próximo ano, papel a ser cumprido por uma cidade da Índia, no intuito de consolidar o caráter mundial do evento, que defende uma nova globalização, contrapondo-se à atual, centrada no mundo financeiro e em políticas econômicas que só trouxeram malefícios para as economias e respectivas sociedades dos países que as adotaram.

A presença do novo presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a primeira de um Chefe de Estado no FSM, que se reforçará com a participação de intelectuais do porte de Noam Chomski, Fritjof Capra e tantos outros, fará desta edição do Fórum certamente a mais importante até aqui. Muito provavelmente, este terceiro encontro terá mais substância e caráter mais objetivo, em relação aos anteriores.

Centenas e milhares de especialistas e ativistas vão

Dobra o número de participantes em Porto Alegre neste novo encontro mundial às margens do rio Guaíba, no final de janeiro. Manifestações pela paz devem dar o tom do evento



conferir ainda maior destaque ao evento mundial, que propõe uma globalização solidária, alternativa ao neoliberalismo. Lula, a maior personalidade do evento, sairá da capital gaúcha rumo a Davos, na Suíça, aonde irá certamente marcar a sua liderança política na América do Sul e no Terceiro Mundo ante os magnatas do planeta.

O Fórum Social Mundial surgiu em 2001, como resultado e prosseguimento de diversas manifestações mundiais, desde Seattle, Gênova e Davos, cidade sede do Fórum Econômico Mundial. A idéia inicial do FSM é exatamente contrapor uma agenda social e humanitária ao fórum econômico, que reúne em-

presas, governos, executivos e empresários mais ricos e bem sucedidos do mundo, e que ditam os rumos da economia internacional nesses tempos de globalização financeira.

Índios e EUA

Nesta edição do Fórum, os assuntos indígenas – esse tema tão discriminado na definição das prioridades do Brasil – deverão ganhar mais destaque e uma abordagem mais ampla. Nela será lançada a campanha **Nós existimos**, que une os índios aos trabalhadores rurais e urbanos do estado de Roraima. Em defesa da vida, do trabalho na terra e do fim do latifúndio,

que usa a terra como reserva de mercado.

Está aí uma manifestação que iremos cobrar da grande mídia. Aqui no JE, ela terá o espaço necessário às causas populares, em particular, o direito dos índios, que em Roraima ocupam 44% do território. Os povos indígenas querem participar do desenvolvimento, desde de que seja socialmente justo, econômico, sustentável e ecologicamente correto.

Toda a programação do Fórum Social Mundial (www.forumsocialmundial.org.br) prevê a realização de 1.700 atividades, mais do que o dobro do ano passado. Haverá 31 painéis e 20 testemunhos de vidas, lutas e histórias. Cerca de 30 mil jovens do mundo inteiro vão ocupar o Acampamento da Juventude, onde também estão programadas atividades políticas, artísticas e culturais.

A delegação de representantes dos EUA deverá totalizar cerca de mil pessoas, mais do que o dobro dos presentes à segunda edição do Fórum, o que é uma boa sinalização. Uma parcela desta delegação, senão toda, certamente irá engrossar as marchas que vêm ocorrendo em diversas cidades do mundo e vão se repetir em Porto Alegre, contra a guerra de Bush ao Iraque, com o apoio aberto e declarado de Tony Blair, na contramão de outras nações européias.



O Tao da Física

Uma das presenças mais esperadas em Porto Alegre é a do físico Fritjof Capra, austríaco, que em meados da década de 70 lançou o livro "O Tao da Física", onde traça as semelhanças e pontos de contato entre os conceitos da física moderna e o misticismo oriental, com base no pensamento, entre outros, de Lao Tse.

Uma das conferências de Capra será sobre o tema "Ciência para uma vida sustentável", onde debaterá suas idéias com o brasileiro Leonardo Boff, pensador católico, e o físico indiano Lama Padma Santer, budista. O físico austríaco defende um amplo trabalho de alfabetização ecológica, como instrumento de transformação das sociedades. Suas idéias vêm influenciando as atividades pedagógicas em várias partes do mundo, inclusive, no Brasil. Sobre ele diz, por exemplo, a professora e pesquisadora Ellen Regina Mayhe Nunes, da Faculdade de Educação da PUC do Rio Grande do Sul:

"Qualquer pessoa entende a natureza, mesmo os que não são especialistas. A leitura da vida precede a leitura da palavra. Neste sentido, acreditamos que o trabalho de alfabetização ecológica das comunidades é fundamental para a construção de um mundo mais justo e sustentável. A vinda de Fritjof Capra a Porto Alegre nos abre uma possibilidade sem precedentes de ampliar e consolidar os trabalhos que vêm sendo realizados, pois se trata de um dos mais importantes pensadores dos novos paradigmas que estão influenciando o pensamento contemporâneo".

Consciência ecológica

Em "Ponto de mutação", livro lançado em 1982, Capra define suas crenças. "Acredito que a visão de mundo sugerida pela Física Moderna seja incompatível com a nossa sociedade atual, a qual não reflete o harmonioso estado de inter-relacionamento que observamos na natureza. Para se alcançar tal estado de equilíbrio dinâmico, será necessária uma estrutura social e econômica radicalmente diferente: uma revolução cultural na verdadeira acepção da palavra. A sobrevivência de toda a nossa civilização pode depender de sermos ou não capazes de realizar tal mudança", afirma o cientista.

Fritjof Capra é teórico de sistemas e doutor em física pela Universidade de Viena e é também um dos fundadores do Centro de Eco-alfabetização de Berkeley, na Califórnia. Seu mais recente livro foi lançado em 2002 e tem por título "As conexões ocultas - ciência para uma vida sustentável", publicado no Brasil pela Cultrix. Nele, este pensador de 64 anos a completar em primeiro de fevereiro sustenta o seguinte enunciado:

"O novo paradigma que emerge atualmente pode ser descrito de várias maneiras. Pode-se chamá-lo de uma visão de mundo holística, que enfatiza mais o todo que as suas partes. Mas negligenciar as partes em favor do todo também é uma visão reducionista e, por isso mesmo, limitada. Pode-se também chamá-lo de visão de mundo ecológica, e este é o termo que prefiro. Uso aqui a expressão ecologia num sentido muito mais amplo e profundo do que aquele em que é usualmente empregado. A consciência ecológica, nesse sentido profundo, reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos e o perfeito entrosamento dos indivíduos e das sociedades nos processos cíclico da natureza. Essa percepção profundamente ecológica está agora emergindo em várias áreas de nossa sociedade, tanto dentro como fora da ciência". ■

O GRITO DOS ÍNDIOS

NÓS EXISTIMOS!

Com pouco espaço na mídia e pequena inserção no Estado, os índios de Roraima lançam no III Fórum Social Mundial, neste final de janeiro de 2003, um importante manifesto que bem traduz a condição de nossos primeiros habitantes, últimos herdeiros das tradições que se desenvolviam neste Sul da América antes da invasão européia.

Em manifesto que será lançado oficialmente no III FSM, os povos indígenas de Roraima, aliados aos trabalhadores rurais e urbanos do estado, sob o título **Nós existimos**, clamam por direitos inalienáveis no estado brasileiro em que 44% do seu território são ocupados por nações indígenas. Diz o manifesto:

*O Conselho Indígena de Roraima, Comissão Pastoral da Terra, Central Única dos Trabalhadores, Diocese de Roraima, Pastoral Urbana, Pastoral Indigenista, Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Instituto Missões Consolata, lançam a Campanha **Nós existimos**, focalizando reverter a situação de ilegalidade e impunidade vivenciada em Roraima, toleradas por governantes omissos ou incentivadas pelo poder público através de projetos governamentais excludentes que favorecem o avanço do latifúndio, a monocultura e a degradação ambiental sobre as terras indígenas e dos agricultores familiares, forçando-os ao abandono das aldeias ou dos lotes, causando conflitos e exclusão social no campo e na cidade.*

Unidos pela vida, contra a impunidade

Levada ao extremo, longe de Brasília e de qualquer pólo de influência e poder, a população de Roraima, maioria indígena, tem consciência de sua história e do "desbravamento"

que, no período da ditadura, alterou os rumos dessa história, através de um imenso programa migratório. continua o manifesto:

A exclusão social a qual foram colocados indígenas, rurais e urbanos em Roraima não é mero acaso. Faz parte de uma estratégia governamental de ocupação de território que se iniciou com o incentivo à migração de trabalhadores rurais do Nordeste brasileiro e garimpeiros, durante a década de 70. Esses brasileiros lutadores foram enganados com a promessa do 'Eldorado', abandonados à própria sorte e servindo como instrumento para a consolidação do latifúndio na área de mata e lavrado (savana) do estado.

É falso o argumento usado pelas elites regionais de que a demarcação de terras indígenas representaria a 'imobilização' do estado e o principal empecilho ao desenvolvimento econômico. Efetivamente, 44% do Estado são terras indígenas, sendo quatro contínuas: Yanomami, São Marcos, Waimiri-Atroari e Raposa Serra do Sol, junto a mais 28 áreas diminutas, demarcadas em pequenas ilhas. Na verdade, os povos indígenas querem participar do desenvolvimento, desde de que seja socialmente justo, econômico, sustentável e ecologicamente correto.

O manifesto destaca que não haverá desenvolvimento com justiça sem o definitivo reconhecimento das terras indígenas, e

que a demarcação, por si, não resolve o problema, sendo necessário ainda retirar os invasores, impedir as ações predatórias e aprovar o novo Estatuto dos Povos Indígenas, com uma nova definição a respeito das relações entre os índios, o governo e as Forças Armadas. E aponta:

A realidade na área rural não é diferente da vivida pelos indígenas. Abandonados, os agricultores não têm apoio para produzir nem o suficiente para comer. Enquanto isso, o governo estadual oferece incentivos fiscais para se plantar 35 mil hectares de Acácia Mangium, arroz irrigado, no lavrado de Roraima, mesmo o empreendedor, empresa Ouro Verde Agro-Pastoril, tendo apresentado estudo e relatório de impacto ambiental contestados pelo Ministério Público.

Da mesma forma, sete plantadores de arroz irrigado foram incentivados pelo governo a cultivar gigantescas lavouras dentro da terra indígena Raposa Serra do Sol, inviabilizando a plantação de arroz de sequeiro dos agricultores familiares. No cultivo de arroz irrigado, ou mesmo na pretensão de se plantar milhares de hectares de soja no lavrado de Roraima, constata-se o incentivo ao latifúndio, à monocultura e à degradação ambiental, com efeitos irreversíveis.

Agricultura familiar

O documento assinado pelas entidades e movimentos populares de Roraima aponta que a agricultura familiar, base de sustentação econômica do estado, não tem acesso a crédito, assistência técnica e nem às tecnologias alternativas que possam substituir o fogo no preparo das áreas para plantio. Falta luz no campo, como são escassas as escolas públicas e os postos de saúde. Além disso, o meio ambiente corre sério risco na capital do estado.

A instalação de uma fábrica de celulose no distrito industrial de Boa Vista, não necessariamente significa desenvolvimento, pois os poucos empregos gerados não pagarão o altíssimo custo ambiental. Uma das maiores riquezas de Roraima, o rio Branco, pode estar com os dias contados. Suas águas claras que encantam a todos poderão ficar mais claras, porém, sem vida, com a alta emissão de cloro para embranquecimento da celulose.

Os danos ambientais urbanos são incalculáveis com a invasão e contaminação de áreas de preservação permanente, queimadas no entorno das cidades. Nos últimos anos, Boa Vista teve o seu plano diretor totalmente alterado com as invasões incentivadas pelos políticos em tempo de campanha eleitoral.

O documento finaliza apontando a impunidade e ilegalidade no estado, toleradas pela omissão dos governos, e afirmando que os projetos governamentais têm sido excludentes, beneficiando apenas as grandes empresas multinacionais, mineradoras, latifundiários, produtores de arroz e a classe política conservadora. E indagam as entidades que assinam o documento:

Até quando sofreremos com a demora do executivo na regularização fundiária do estado? E a falta de projeto de desenvolvimento sustentável com políticas públicas de geração de emprego, renda e inclusão social? A quem interessa articulação de parlamentares e governos contra os direitos territoriais dos povos indígenas? E o abandono dos agricultores nos assentamentos, em detrimento ao apoio a grandes projetos de desenvolvimento destruidor?

Queremos a regularização de todas as terras de Roraima, reparando injustiças históricas contra os povos indígenas, uma nova política de assentamentos, mais investimentos em projetos de agricultura familiar; efetiva fiscalização ambiental; geração de emprego e renda a todos os trabalhadores. Isso só será possível com a redefinição de projetos governamentais, levando em conta a inclusão dos povos indígenas, agricultores e trabalhadores das cidades no desenvolvimento sustentável.

"Nós Existimos" e resistimos diante dessa situação. A união de indígenas, trabalhadores rurais e urbanos é um sinal de grandes mudanças. Por este motivo, estamos pedindo aos nossos aliados o engajamento em nossa campanha, para que juntos possamos construir uma ampla mobilização nacional e internacional em favor dos excluídos de Roraima. ■



ARTIGO DO LEITOR Carlos Henrique Company Nicolau*

UM GOVERNO DE BOAS INTENÇÕES

A posse do Presidente Lula fixa um novo marco na História do Brasil.

Assim como foi a "Era Vargas", período de grandes conquistas trabalhistas e conseqüentemente sociais no Brasil, a gestão Lula da Silva promete necessárias e profundas reformas para a população.

Os programas "Fome Zero", "Analfabetismo Zero", de combate à seca do Nordeste, reforma agrária, associados às propostas de legalização de imóveis aos favelados, reforma da previdência, investimento em infra-estrutura, com reparação de estradas, vacinação, combate à dengue, utilizando contingente das forças armadas, desenvolvimento sustentado para a Região Amazônica, serão necessários ao crescimento nacional do Brasil.

Cuidados o Presidente Lula há de ter com setores estratégicos, como o da energia nuclear, por exemplo, e com os ministros neles assentados, que podem falar ou fazer afoitamente o que não devem. Haja vista a alegação do ministro da Ciência e Tecnologia sobre a possibilidade de o Brasil vir num futuro a fabricar a bomba atômica; e a do ministro do Trabalho, querendo acabar com a multa rescisória de 40%. Todos sabem que o gosto pelo poder muitas vezes envaidece e modifica a postura do ser humano. Falando nisso, o Presidente deve conversar muito com o experiente e traído Leonel Brizola.

O ex-governador que o diga, quando nas suas duas gestões à frente do Estado do Rio de Janeiro se viu cercado por alguns políticos, assessores oportunistas e mal intencionados, que de forma ambiciosa assumiram secretarias ou postos de confiança e nada fizeram em prol do Estado, jogando por terra a bem intencionada atuação do Executivo. Ao invés disso, usaram seus cargos em proveito próprio, para se promoverem politicamente e mais tarde traíram o governador. Os seus nomes são conhecidos. É só puxar um pouco pela memória.



Integração nacional

Caso seja levada adiante a reforma da CLT, isso deve ser feito com muita cautela, no sentido de beneficiar e não de prejudicar o trabalhador, para que o atual governo não seja constringido a negar princípios há décadas defendidos pelo seu partido, incorrendo no grave erro do "esqueçam o que escreveri" ou "livro é livro".

Como acabar com a multa rescisória, se é esse montante que juntamente com o FGTS e o seguro desemprego dão fôlego ao trabalhador, até conseguir nova colocação no mercado de trabalho, ou mesmo condições para que parta para a economia informal, garantindo a si e aos familiares o pão de cada dia?

Desonerar a produção não é por aí.

O governo tem sim é que reduzir essa gama infindável de impostos, muitos deles em cascata, incentivar a produção e a exportação, incrementando-as e as desburocratizando, criando para isso taxas de juros especiais, financiadas pelo BNDES e Banco do Brasil. Incentivar a agricultura familiar e de exportação via Banco da Terra e a construção civil, principalmente, para imóveis destinados às classes baixa e média, via Caixa Econômica Federal.

A política de combate à inflação deve ser mantida, evitando-se a volta das expectativas inflacionárias, porém, a independência do Banco Central neste momento deve ser vista com ressalvas. Isso é positivo em países com economia sólida e moeda forte, como no caso dos Estados Unidos da América, o que não acontece com o Brasil, que volta e meia precisa intervir no mercado para conter especulações com a moeda.

Deve haver uma política de integração nacional, priorizando, apoiando e incentivando as vocações de cada estado da Federação, independentemente do partido político dos seus governantes, como forma de desonerar a produção nacional e apoiar a geração de divisas, emprego e renda.

O povo espera que o Presidente Lula não negue as suas origens de trabalhador e sindicalista, mas tem consciência de que ele tem que governar conjugando e compatibilizando interesses em todos os setores nacionais.

A hora é de o empresariado, com destaque ao setor financeiro, dar a sua parcela de contribuição ao país e ao seu povo, apoiando todas as medidas de cunho social que forem implementadas, buscando parceria com o governo para fomentar a economia e gerar emprego. Se a economia cresce, todos ganham com isso.

Na atual conjuntura econômica mundial, não há mais espaços para modelos econômicos nos moldes da extinta União Soviética, concentrado nas mãos do Estado. Por isso, há a necessidade de parcerias, para que haja o combate à miséria e redução das desigualdades sociais, sem as quais, qualquer tentativa de desenvolvimento estará fadada ao fracasso. ■

* Jornalista, economista e leitor do JE

Eduardo Wyllie*

UMA AGENDA PARA A NOVA ECONOMIA

O movimento em direção ao mundo digital é inexorável e a velocidade que imprimirmos a este movimento determinará a posição competitiva do Brasil

As leis econômicas que vigoravam na época da escravidão continuaram a vigorar durante e após a Revolução Industrial e se sustentam até hoje, mas lidar com mão-de-obra escrava é completamente diferente de lidar com mão-de-obra assalariada. Os problemas são outros, as preocupações são outras e os resultados e métodos também devem ser outros. Em termos individuais, sabemos que para lidar eficientemente com o novo é preciso pensar diferente. Mas como?

Sob o ponto de vista coletivo, para que se entre efetivamente numa nova era é necessário o apoio de instituições novas. Mas que instituições e com o que de novo?

Uma notícia boa e outra má

Ainda que seja o bastante pensar e agir diferente para criarmos um novo sistema, adaptar-se a mudanças é extremamente difícil. A adaptação é o primeiro e o último desafio de toda e qualquer forma de vida, desafio este ao qual somos submetidos a cada dia, desde nosso mais remoto ancestral e ao qual continuaremos a ser submetidos até o último de nossos descendentes.

Indiferente a crises, a indústria brasi-

leira sofre uma grave e contínua mudança estrutural baseada no uso comercial da Internet, desde 1996. Terminada a onda internacional de especulação com ações de empresas pontocom, pode-se enxergar mais claramente como as empresas dos mais diversos tamanhos, ramos e tradições vêm usufruindo das novas tecnologias de comunicação e, ainda mais importante, como se adaptam a uma realidade de mercado completamente nova.

Acompanhamos o crescimento acelerado do comércio via Internet (B2C), observamos mais recentemente a difusão do uso da Rede como meio alternativo para a compra de insumos (B2B) e, apesar dos bons resultados numa e noutra aplicação, ainda há muito a fazer para colocarmos nossa economia dentro do novo paradigma.

A este respeito temos uma notícia boa e outra má.

A boa é que nenhum país ainda está dentro do Paradigma Informacional, sendo exclusividade de algumas pessoas e um punhado de instituições que ainda não são facilmente identificáveis. Isto significa que temos a chance histórica de darmos um salto à frente das mais poderosas economias do mundo.

A má notícia é que a adaptação de um país a mudanças de paradigma é complexa e requer no mínimo aptidão cultural ao novo ambiente, acesso amplo à nova tecnologia, informação, formação, experimento e respaldo institucional.

Um primeiro passo

O movimento em direção ao mundo digital é inexorável, e a velocidade que imprimirmos a este movimento determinará a posição competitiva do Brasil frente aos demais países. Por isso é aconselhável que o novo governo estabeleça uma agenda para a chamada Nova Economia, como primeiro passo no sentido de criar uma infraestrutura institucional que vá além do suprimento da falta que já se faz sentir, que crie um ambiente propício para a gestação, nascimento e amadurecimento de uma nova indústria, cuja competitividade seja bem superior a que o mundo conhece.

Podemos definir ainda alguns tópicos básicos para esta pauta, partindo do que já temos bem estabelecido. A maior parte das necessidades se distribui entre as categorias viabilização, respaldo, formação, difusão e pesquisa.

Viabilização engloba tudo o que é necessário para transferir os fenômenos econômicos do mundo real ao virtual, como o acesso à rede pelos agentes econômicos (pessoas físicas, empresas, governo e assemelhados - entidades de classe, ONGs, etc. - e entidades no exterior) e a adaptação das fontes e da aplicação do Direito Comercial, Tributário e Administrativo à economia da Internet.

Respaldo diz respeito a tudo o que confere tranquilidade na garantia de direitos já estabelecidos ao operar a Internet, seja com base na segurança propriamente dita fundada em desenvolvimento e di-

fusão de tecnologias específicas ou com base no Direito Civil, Penal ou no do Consumidor.

Formação é o que mais falta em todos os países que já abraçaram a nova tecnologia, pois aqui não nos referimos a formar técnicos em informática e em redes, mas a formar profissionais das mais diversas áreas dentro da visão do novo paradigma.

A difusão de casos práticos, o conhecimento de estatísticas realistas e transparentes de retorno com o uso comercial da Internet é o único meio de todos acreditarem no potencial aventado pela teoria. A despeito da mídia abordar alguns aspectos do *e-business* e a academia apresentar alguns *cases* selecionados, as próprias empresas buscam, por motivos óbvios, omitir os bons resultados do *e-business*. Quando dizem a natureza do que obtêm, dificilmente informam a ordem de grandeza daquilo que conquistaram com a Rede e a forma de terem chegado lá.

Desejamos aprender como lidar com o novo paradigma antes dos demais países? Então é absolutamente imprescindível pesquisar novas tecnologias, a forma de uso das existentes e quais tecnologias deveríamos desenvolver dentro da visão do novo paradigma, para podermos produzir, desenvolver e vender com mais eficácia.

Há muito o que ser feito, mas a porta está aberta para tomarmos a dianteira do mundo num curto espaço de tempo. ■

* M.Sc. - (CEO, E-Consultancy Workgroup)



ENTREVISTA Wanderley Guilherme dos Santos, do IUPERJ

“OS PROBLEMAS DO BRASIL NÃO SÃO MEDÍOCRES, NEM DE ROTINA”

No encerrar do ano de 2002, véspera da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o JE foi ouvir o professor do IUPERJ Wanderley Guilherme dos Santos, cientista político de apurada sintonia com os movimentos da história. Não foi pouco o que disse, alguma vezes de forma enfática. De uma certeza, o professor não abre mão: não é momento para políticas mediócras, que tenham por base as médias nacionais. Até porque, no Brasil, as médias não são nada aceitáveis.

Jornal dos Economistas – O que representa, a seu ver, para o Brasil, a eleição de Lula?

Wanderley Guilherme dos Santos – O resultado eleitoral é de uma significação histórica. Pela primeira vez, um candidato nitidamente associado a posições de esquerda recebe uma votação consagradora. Não é que todo o eleitorado que votou em Lula seja de esquerda. Há uma

parte considerável que votou no candidato de oposição com mais chance de ganhar ou que melhor lhe falou como oposição. Ou seja, votou contra o governo. A distribuição do eleitorado em relação às propostas que foram feitas na campanha é mais nítida no primeiro turno do que no segundo. O segundo é complicado por causa do apoio dos que saíram do páreo. Por sua vez, Serra, no segundo turno, também recebeu os votos daqueles que votaram contra Lula. A interpretação do resultado eleitoral não é simples, pois têm nuances e variações regionais que devem ser consideradas. Não há dúvida, contudo, que foi a primeira vez depois de Lott (marechal Henrique Teixeira Lott, candidato à presidência da República pela coligação PTB/PSD, em 1960, derrotado por Jânio Quadros, apoiado pela UDN) que o candidato do governo perde a eleição; e perde por uma margem considerável de votos.

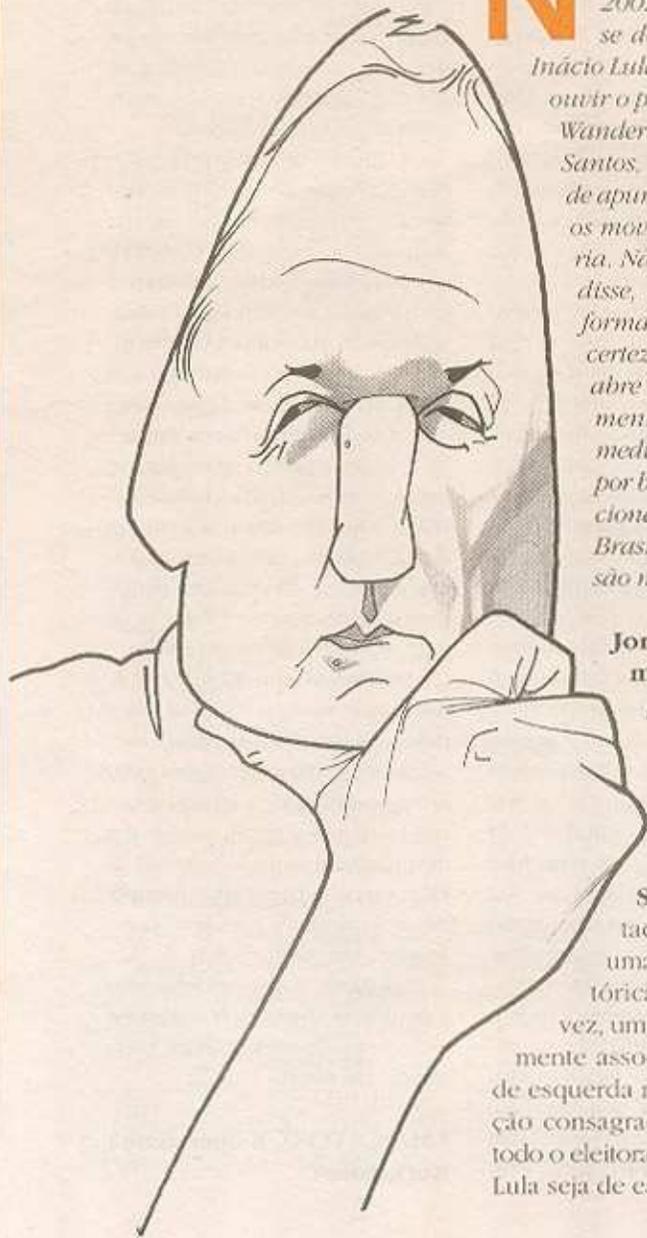
JE – A única?

WGS – Sim, nunca um candidato da situação perdera eleição para a Presidência da República, e para um tipo de candidato como Lula. Há uma série de circunstâncias que marcam essa eleição como algo extrema-

mente importante na história do Brasil. Há muitas expectativas com o que o governo fará no sentido de atender essas expectativas e que não são fáceis de identificar. Desejo por mudança, sim, mas que mudanças, em que direção, qual amplitude? Lula recebeu maioria dos votos em praticamente todas as classes sociais, todos os níveis de renda, educacionais e, obviamente, esses 53 milhões de eleitores não têm a mesma expectativa de consumo, de vida, de sonhos e realizações. Mudança não significa a mesma coisa para esse conjunto de pessoas. O que as diferencia, o que caracteriza cada segmento que votou em Lula não está ainda claro. Há algumas coisas que estavam no programa de todos os candidatos, fazem parte do discurso dos governantes, dos quais todos os candidatos falam em todas as eleições. Um clichê, do tipo segurança, educação e saúde para todos.

JE – Mas segurança é clichê?

WGS – Na minha impressão, no Brasil, em particular, segurança não é clichê. Segurança em meu ponto de vista, hoje, no Brasil, é eixo de qualquer política de governo. Por segurança me refiro aos níveis de violência e de ilegalidade internas que estão,



Não é o momento para um governo medíocre. Governo medíocre foi o de Fernando Henrique Cardoso. Um governo que trata a saúde como "precisamos fazer mais um posto de saúde", ou que, em relação à violência, fale em "fazer uma força tarefa", isto é medíocre

parte delas, associadas a problemas de segurança externa por causa das nossas fronteiras e com o tráfico internacional. Essa é uma questão central e a colocaria juntamente, como Lula colocou a fome, como um problema, um ponto de referência, a meu juízo, para ordenar a hierarquia de políticas públicas. Como, por exemplo, recuperar áreas carentes em favelas ou em zonas planas, sem lidar com o problema do tráfico? O programa Favela Bairro tem que pedir licença para entrar nos bairros. Essa questão deixou de ser um problema apenas de violência, do número de assaltos ou roubo de carro. Isso agora está dentro de uma teia que vai até o tráfico internacional, tem a ver com política militar, as forças armadas e políticas de fronteiras com os nossos vizinhos.

JE – O senhor definiria o problema do tráfico, hoje, como o de um estado paralelo?

WGS – Não, a não ser em nível de discurso, porque Estado é um conceito que para ser útil tem certas características, como o monopólio do uso legal da força. Portanto, não posso chamar de um estado ilegal. Por definição, não existe um estado ilegal. A ilegalidade é um crime, não é Estado. São organizações, mas não têm soberania, não tem delegações, nada que constitua um Estado. É uma máfia criminosa. Ali ninguém vota, ninguém elege, não há divisão de poderes. Ali é a negação do Es-

tado. A infiltração das atividades criminosas de todo o tipo na sociedade brasileira avançou muito. Evidentemente que isso é uma situação internacional, hoje, e é uma coisa séria em todos os Estados. Só que em alguns Estados, como na África, Ásia e América Latina eu creio que passaram de certos limites da segurança nacional. Existe tráfico de drogas nos EUA? Sim. No Canadá e na Inglaterra, também. Mas não acredito que ameace a segurança do Estado. Em que sentido? No sentido de que, hoje, um decreto ou uma lei do Estado brasileiro são aplicados com limitações territoriais e sociais. Quanto mais longe de Brasília, mais difícil é a aplicação dessa lei. O Estado não tem capacidade operacional, hoje, de fazer valer a sua autoridade em todo o território nacional. Aliás, não só em relação a atividades positivamente criminosas, como o tráfico, mas como direitos constitucionais, fundamentais, como de ir e vir. Não existe direito constitucional de ir e vir, consagrado, e liberdade de expressão e organização em nenhuma favela carioca. Isto é uma ameaça à segurança do Estado, pois o Estado brasileiro não é capaz de garantir direitos constitucionais na Rocinha ou no morro da Providência.

JE – Mas como resolver esse problema, com que políticas?

WGS – Se considerarmos este aspecto e mais o da informalidade do trabalho, da inserção das

novas gerações na dinâmica da acumulação produtiva do país, são questões que atingiram um vulto no Brasil que exigem políticas heróicas, de grandeza. Não é o momento para um governo medíocre. Governo medíocre foi o de Fernando Henrique Cardoso. Um governo que trata a saúde como "precisamos fazer mais um posto de saúde", ou que em relação à violência fale em "fazer uma força tarefa", isto é medíocre. Não me pergunte o que é preciso fazer. Porém, o fato de eu não saber o que fazer não me impede, como diria Péricles, na Grécia Antiga, de julgar o que está sendo feito. Para isso, dei meu voto. O fato de que nem todos os cidadãos estejam capacitados para governar – dizia Péricles, não quer dizer que algum cidadão não esteja capacitado a julgar o governo. Eu não sei dizer qual a política transcendente de grandeza, mas sei que ela não pode ser medíocre porque não vai dar certo. Uma política de rotina é insuficiente. No Brasil, não é apenas a sociedade que está exposta à criminalidade. O Estado brasileiro está ameaçado na sua segurança e enquanto figura jurídica, pela desorganização do crime. O crime desorganiza e impõe a sua organização. Não é Estado, mas é uma organização poderosa.

JE – A ex-governadora do Rio, Benedita da Silva, buscou desestabilizar o crime e foi ameaçada pelos traficantes. Qual a sua avaliação?

WGS – Esse tipo de problema não pode mais ser estadual ou municipal. Uma governadora fica exposta a tudo que ela ficou e com resultados precários, que podem desaparecer em seis meses. Isso tem que ser uma política nacional, que enquadre governadores e prefeitos. Não pode ter uma política municipal "boazinha", como é comum em várias cidades – "eu não mexo com vocês e vocês não passam de certos limites". Não pode ter isso nos municípios, quando o estado está querendo fazer uma política de combate firme. Tem que ser uma política nacional. Há legislação para isso, e é só fazer cumprir a lei. E mais: dotar o Estado brasileiro de capacidade de ação, que ele perdeu muito nos últimos 10 anos. Fernando Collor começou acabando com ele, e Fernando Henrique acabou. O Estado brasileiro hoje não tem capacidade operacional de fazer valer os direitos constitucionais, quando mais combater o crime organizado. As únicas leis que o Estado brasileiro é capaz de implementar são aquelas que se auto cumprem. Por exemplo: imposto de renda na fonte é fácil fazer, mas acabar com a sonegação aí é outro problema. Não consegue acabar. Portanto, tem que ser uma política nacional. Nada no Brasil, hoje, pode ser administrado de maneira rotineira. Não há nenhum problema de rotina no Brasil. Tudo foi longe demais.

JE – Em sua opinião, que mudanças a população quer do novo governo?

WGS – Quando a população pensa em mudança, é certo que pensa de forma diferenciada. Não acho que algumas das coisas que acabei de mencionar afetem igualmente a todo mundo. Quem pode morar em um condomínio na Barra da Tijuca,

todo cercado, é um problema de segurança, mas não é de Estado. É um problema pessoal deles. Para o morro da Providência é problema de Estado, não é problema pessoal, pois pessoalmente eles não têm como financiar a solução do problema. Não adianta dizer que aumentou o número de hospitais, postos, médicos, ou que na educação houve aumento. Isso é muito pouco, é medíocre. É uma vergonha que se tenha ainda crianças fora da escola, taxas de analfabetismo, é apenas uma vergonha. Eu como governo nem falaria nisso. Daria de barato que não pode terminar

xatamente como, não pensa em política medíocre. Isso é pouco para nós. Não é esse tipo de mudança que se está esperando. O país não tem problemas medíocres, portanto, não pode ter políticas medíocres.

JE – *Como o senhor viu a formação do Governo Lula?*

WGS – Não sei como o Governo Lula, com seus assessores diretos, imagina administrar essa composição no sentido de fazer com que trabalhe harmoniosamente. Imagino que tenham alguma estratégia nesse sentido. Mas o que pergunto é se não haveria alguém além do

sem preconceito partidário. Mas só existiam essas?

JE – *Não será a necessidade do novo governo se equilibrar nesse jogo de forças que ele ainda não domina?*

WGS – Mas, de novo, pergunto: só havia essas pessoas para representar esse equilíbrio de forças? Alguém como o senhor Meirelles, cujo banco foi denunciado pelo senador eleito Aloísio Mercadante como um dos beneficiários com a especulação cambial de 1998 e que acabou de ser eleito pelo PSDB, o partido que até pouco estava no poder. Só havia Furlan, que partici-

pende só do Brasil. Fundamentalmente, depende do centro do império. Se até a União Européia tem seus graus de liberdade reduzidos a cada dia que passa, pela afirmação do centro imperial norte-americano, imagina o Brasil. Então, vamos primeiro levantar este país e contar com o que há aqui dentro. Não falo de isolacionismo, não. É simplesmente olhar para a realidade e tentar mudá-la. Somos um país fraco, irrelevante no sistema internacional, mas podemos fazer muito internamente. Então, vamos começar por onde a gente pode.

JE – *Podemos dizer não à ALCA?*

WGS – Acho que não, mas não sou especialista. Porém, também não sei se é realista, se é razoável pensar na possibilidade de não negociar a ALCA. Acho que não é realista, agora não quer dizer que vamos fazer de qualquer maneira. O Brasil tem uma tradição de resistência e sabe resistir. Não sabe fazer valer o seu ponto de vista, mudar as coisas do mundo. Mas resistir sabe. Durante o século 19, resistiu e manteve o rio Amazonas fechado à navegação internacional porque duas ou três vezes se armaram expedições privadas, norte-americanas, para abrir o Amazonas na marra. Então, é saber o que se pode fazer em relação à ALCA.

JE – *Nesta época, o imperador do Brasil, Pedro II, foi convidado a abrir a exposição mundial de 1876, na Filadélfia, que comemorou o centenário da independência dos EUA, ao lado do presidente Grant. O Brasil perdeu muito de sua importância de lá para cá?*

WGS – É só acompanhar as contas. O PIB nacional em relação ao PIB dos EUA era de 80%, em 1900. E hoje? É só olhar o hiato crescente. ■

Somos um país fraco, irrelevante no sistema internacional, muitas de nossas ações podem fazer muito pouco, em relação a qualquer assunto internacional, mas podemos fazer muito internamente. Então, vamos começar por onde a gente pode

o governo com um analfabeto no país. Além disso, a qualidade da educação não vale nada. A educação brasileira é muito vagabunda. O mesmo com a saúde, saneamento. Daí não se pode pensar em políticas medíocres, do tipo "vamos aumentar de 68% para 72%". Qualquer política que tenha por base médias nacionais não presta. O Brasil não pode mais ter políticas de médias, por definição, porque o Brasil não tem médias aceitáveis, e a média não quer dizer nada. As coisas foram muito longe. Então, imagino que a população quando pensa em mudança, embora não saiba e-

senhor Henrique Meirelles, para o Banco Central, para cuidar da saúde da moeda, ou do senhor Luiz Fernando Furlan, para o Desenvolvimento Econômico. Eu não me recordo de nenhum momento de composição de governo com tamanho des-pudor. Não estou xingando, mas eu teria pudor, como governante, de convidar gente assim. Não estou defendendo um governo sectário partidariamente, fechado. Não. O presidente e o vice-presidente têm que ser de todos os brasileiros, como todo presidente diz. Negócio é como fazer. Como disse o presidente, buscar pessoas onde estiverem,

pou do comitê financeiro e arranjou fundos para a candidatura José Serra, para conduzir uma política não socialista no Ministério da Indústria e Comércio? É claro que tem mesmo que equilibrar forças, porque os problemas não são brincadeiras, tem que conseguir uma coalizão política, e não só parlamentar, muito forte. O problema é uma pergunta muito simples: só tem essas pessoas? Então, é muito pobre este país.

JE – *O senhor crê na possibilidade de expansão do Mercosul com Lula?*

WGS – Possível é, mas não de-

A CURVA DE PHILLIPS NO MODELO DE INFLATION TARGETING BRASILEIRO

Este artigo baseia-se em uma pesquisa realizada no primeiro semestre de 2001 com o objetivo de esclarecer problemas que surgem ao estimar a Curva de Phillips presente no primeiro modelo de Inflation Targeting publicado pelo Banco Central do Brasil (BC). Nos meses que se seguiram desde o término desta pesquisa, a conjuntura macroeconômica brasileira, mais notadamente a alta do dólar e o seu repasse para a inflação, fizeram com que o estudo mais profundo do sistema de Metas para Inflação fosse deixado parcialmente de lado. Ainda assim, acredito que ultrapassados os obstáculos que o país tem encontrado de forma abundante pela frente, questões sobre mecanismos de transmissão da política monetária e confecção de modelos para quantificá-los voltarão a ser prioridade no meio acadêmico nacional. Deste modo, este artigo é de interesse daqueles que acreditam que o ingresso do Brasil em uma rota de crescimento segura depende de uma administração pública responsável e não inclinada a custosas aventuras inflacionárias.

Em julho de 1999, após a crise cambial de janeiro do mesmo ano, o BC decidiu por uma nova abordagem para a política monetária do país. Após a perda da âncora cambial, graças à forçada transição de um regime de paridades quase fixas para um flutuante, um sistema de Inflation Targeting foi posto em prática a fim de servir de novo guia para as decisões de política monetária. Na prática, arranjos desse tipo exigem uma estrutura operacional baseada num modelo econométrico de funcionamento da economia¹, que tentaria explicar o mecanismo de transmissão da política monetária de forma a permitir ao BC alcançar metas inflacionárias, tendo como variável de controle a taxa básica de juros.

Assim, segundo estudos publicados pelo próprio BC, se poderia modelar a economia brasileira a partir de quatro equações básicas: a) uma curva IS representando o lado da demanda agregada; b) uma Curva de Phillips representando o lado da oferta agregada; c) uma parida-

de descoberta da taxa de juros representando o setor externo; e, d) uma regra de política monetária nos moldes da Regra de Taylor, que tenta descrever o comportamento da autoridade monetária. Daqui em diante, estaremos interessados somente em analisar a Curva de Phillips sugerida neste modelo e esclarecer problemas econométricos que surgem ao estimá-la.

Na sua versão original, a Curva de Phillips descreve uma relação negativa entre a taxa de variação dos salários e o desemprego. Foi verificado empiricamente pelo famoso economista A.W. Phillips que quanto menor o desemprego, maior a pressão sobre salários no mercado de trabalho e vice-versa. Com o tempo, diversos estudos sobre esse tema foram feitos, de forma que modernamente a Curva de Phillips descreve uma relação bastante mais genérica entre a taxa de inflação da economia e o hiato do produto (ou alguma outra medida de desequilíbrio real da economia). Mais especificamente, quanto maior o PIB em relação ao PIB potencial (ou

quanto menor o hiato do produto), maior a variação do nível de preços medido por um índice de preços ao consumidor.

Duas alternativas

Do ponto de vista econométrico, entretanto, as coisas não são tão simples assim. Uma boa equação de Phillips deve levar em conta os lags envolvidos no mecanismo de transmissão da política monetária, bem como controlar por outros fatores que afetam a taxa de inflação (ex: a desvalorização cambial). No caso do modelo publicado pelo BC, são sugeridas duas alternativas para a Curva de Phillips: uma *backward-looking* e outra *forward-looking*. Ambas as curvas incluem, além das variáveis fundamentais da Curva de Phillips que vimos até aqui, uma variável externa (no caso utiliza-se os desvios da taxa de câmbio real, que captam o efeito do *pass-through*) e os lags próprios do mecanismo de transmissão da política monetária.

Curva de Phillips *Backward-Looking*:

$$\pi_t = \alpha_1 \pi_{t-1} + \alpha_2 \pi_{t-2} + \alpha_3 h_{t-1} + \alpha_4 \Delta(p_t^f + e_t) + \varepsilon^{sb}$$

Curva de Phillips *Forward-Looking*:

$$\pi_t = \phi_1 \pi_{t-1} + \phi_2 E_t(\pi_{t+1}) + \phi_3 h_{t-1} + \phi_4 \Delta(p_t^f + e_t) + \varepsilon^{sf}$$

onde h é o log do hiato do produto (definido como

$$H_t = \frac{\bar{Y}_t - Y_t}{\bar{Y}_t}, p^f \text{ o log do índice de preços externo,}$$

e representa o log da taxa de câmbio nominal, ε^{sb}

e ε^{sf} representam os choques de oferta.

A especificação *backward-looking* não inclui a expectativa de inflação, fazendo com que só variáveis observadas sejam utilizadas (o que facilita muito a estimação). Observe, no entanto, que esta curva está sujeita à crítica

de Lucas, com relação à estabilidade dos parâmetros ao longo do tempo, já que só olha para o passado. Já a curva *forward-looking*, por incluir a taxa de inflação esperada, tenta contornar o problema da crítica de Lucas.

Segue abaixo o resultado das duas equações estimadas. Para tanto, utilizamos dados trimestrais desde 1994 (início do Plano Real), produto potencial calculado por meio de tendência linear a partir de 1992 e taxa de inflação esperada dada pelos valores ajustados de uma regressão auxiliar entre a inflação e diversas variáveis microeconômicas relevantes,

$$\pi_t = 0,314\pi_{t-1} + 0,269\pi_{t-2} - 0,033\pi_{t-3} + 0,000\Delta(p_t^e + \epsilon_t) + \epsilon_t^* \quad R^2 = 56,5\%$$

(8%) (2,9%) (80,9%) (1,6%)

$$\pi_t = 0,248\pi_{t-1} + 0,346\pi_{t-2} - 0,011\pi_{t-3} + 0,025\Delta(p_t^e + \epsilon_t) - \epsilon_t^* \quad R^2 = 70,8\%$$

(13,3%) (0,7%) (92,0%) (46,3%)

Os valores entre parênteses correspondem ao P-valor associado a cada coeficiente estimado. Como podemos notar, de forma geral os resultados destas estimações estão muito longe do que esperávamos. A variável chave na Curva de Phillips, o hiato do produto, não foi significativa e apresentou coeficiente com sinal inverso ao sugerido pela teoria no caso da curva *backward-looking*. Assim, apresentaremos a seguir uma nova especificação para a Curva de Phillips que se mostrou bastante eficiente na resolução destes problemas.

É de se esperar que, no período que estamos analisando, a taxa de inflação estimada tenha variado bastante. Logo no início do Plano Real, esta deveria ser mais elevada devido ao receio por parte dos agentes de que a economia não se estabilizasse (a memória de planos de estabilização fracassados, como o Plano Collor e Cruzado, por exemplo, deve ter impedido a queda repentina da taxa de inflação esperada). Conforme os agentes foram acreditando que a estabilidade poderia durar por um prazo mais longo, a taxa de inflação esperada deve ter caído. Já em finais de 1998 e início de 1999, com a crise cambial e a desvalorização do Real, a taxa de inflação esperada atingiu valores mais elevados, porém, dado que o repasse da desvalorização cambial para os preços da economia não foi tão grande quanto se esperava, as expectativas de inflação logo devem ter voltado a patamares mais baixos. Na Curva de Phillips, isso pode significar uma mudança de intercepto, ou seja, quando a inflação esperada aumenta, o país terá uma taxa de inflação maior para o mesmo hiato do produto. Se apresentamos a taxa de inflação dada pelo IPCA

e o hiato do produto num diagrama de dispersão, notaremos com clareza no gráfico ao lado esta mudança de intercepto da Curva de Phillips.

Este suposto deslocamento vertical da Curva de Phillips pode ser modelado com a inclusão de uma variável *dummy* de intercepto que assume valores 1 para períodos de pessimismo nos mercados com relação à inflação, e valor 0 para períodos otimistas. Algebricamente, teríamos a seguinte equação:

$$\pi_t = \alpha_0 Dummy_t + \alpha_1 (1 - Dummy_t) + \alpha_2 \pi_{t-1} + \alpha_3 \pi_{t-2} + \alpha_4 \Delta(p_t^e + \epsilon_t) + \epsilon_t^*$$

Quando há pessimismo nos mercados, a expectativa de inflação aumenta (*Dummy* = 1), de forma que a Curva de Phillips se desloca para cima (a positivo). Em outras palavras, a média da taxa de inflação esperada seria dada pelo coeficiente α_0 em períodos de pessimismo, enquanto que em períodos de otimismo esta taxa seria dada por α_1 . Segue abaixo o resultado da estimação desta curva:

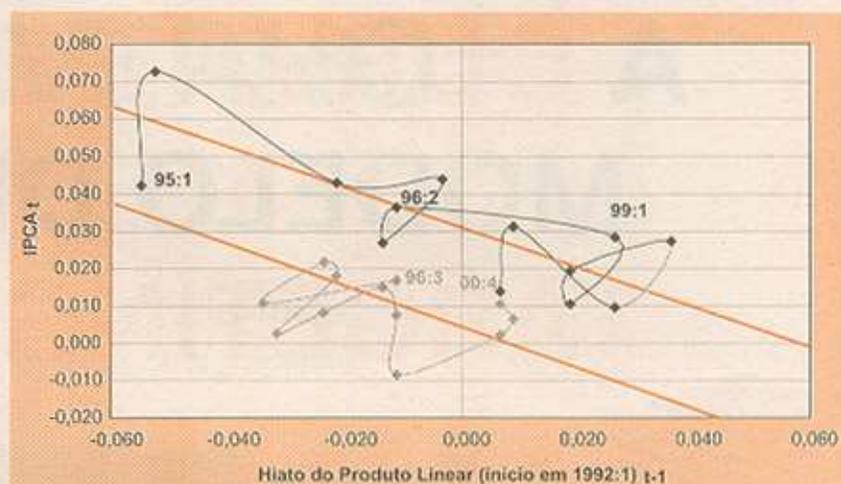
$$\pi_t = 0,024 Dummy_t + 0,002(1 - Dummy_t) + 0,130\pi_{t-1} - 0,358\pi_{t-2} + 0,042\Delta(p_t^e + \epsilon_t) + \epsilon_t^*$$

(0,1%) (60,3%) (40,3%) (0,6%) (15,5%)

$R^2 = 71,2\%$

Como sugeriu a teoria, o sinal da variável *dummy* para períodos pessimistas foi positivo e bastante significativo, indicando que o pessimismo dos mercados é realmente passado para as expectativas de inflação. A variável (1-Dummy) não foi significativa porque o intercepto da Curva de Phillips passa muito próximo da origem quando tratamos de períodos otimistas. Note que a inclusão da *dummy* faz com que a variável de câmbio e a primeira defasagem da taxa de inflação percam significância, o que pode indicar que o relativamente alto grau de realimentação da inflação observado na estimação da curva *backward-looking* não é tão evidente¹. Note também que a *dummy*, para períodos ruins, pode estar roubando muito da significância da variável representativa do câmbio, visto que as desvalorizações poderiam já estar sendo levadas em conta por meio de aumentos da taxa de inflação esperada. Observe que o R^2 da re-

Gráfico 1: IPCA Vs. Hiato do Produto



gressão atingiu valores satisfatórios, além do coeficiente do hiato do produto ter sido significativo.

O sinal deste coeficiente está de acordo com a teoria econômica, indicando que mais recessão gera queda na inflação, ao passo que mais aquecimento da economia gera uma maior taxa de inflação. O valor absoluto do coeficiente do hiato do produto (-0,358) significa que o BC teria um considerável poder de influência sobre a taxa de inflação. Considerando a vasta literatura econômica que trata este assunto, este coeficiente, apesar de baixo, é bastante realista. Se considerarmos ainda que o Brasil é um país que só vem experimentando estabilidade da taxa de inflação há relativamente pouco tempo, este coeficiente parece ser bastante realista.

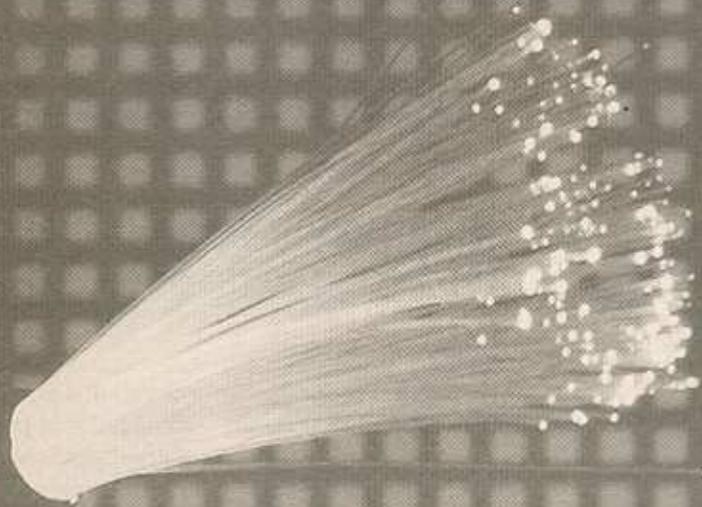
Desta forma, confirma-se empiricamente o *trade-off* existente entre a taxa de inflação e o hiato do produto no Brasil para o período do Plano Real analisado. Este resultado indica para o fato de que nossa sociedade poderia escolher, para uma dada taxa de inflação esperada, a combinação de inflação e produto que mais lhe convém. ■

¹ O artigo tem por base a monografia de mesmo título, segunda colocada no XII Prêmio de Monografias do Corecon-RJ, sendo seu autor da PUC-RJ.

² Para uma abordagem mais completa sobre este modelo ver: Bogkanski, J., A. Tombini, S. R. Werlang (2000), "Implementing Inflation Targeting in Brazil" (Banco Central do Brasil, Working Paper Series No. 1).

³ A segunda defasagem da taxa de inflação foi retirada do modelo por ter sido muito pouco significativa, demonstrando o baixo grau de inércia inflacionária presente na economia brasileira depois do Plano Real.

Agilidade. Está aí uma coisa de
que você não pode abrir mão.



www.banrisul.com.br

Cliente do **Banrisul** tem banco em casa ou na empresa vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, bastando possuir um computador ligado à internet. É a *Agência Virtual Banrisul*. Fácil de usar, basta você acessar www.banrisul.com.br para realizar suas operações com rapidez, comodidade e total segurança. Passe numa de nossas agências e informe-se melhor. Você vai ver que, além de agilidade, o **Banrisul** tem muito mais a oferecer.

banrisul



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

NOVO ORÇAMENTO ELEVA DÍVIDA DO RIO A R\$ 4 BI

Lei Orçamentária de 2003 inclui receitas duvidosas. A arrecadação real estimada deve resultar em redução de até 12% no Orçamento do Município

A Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) prevê que a dívida municipal do Rio será de R\$ 3,4 bi ao final de 2003. Tendo a dívida, em 2001, somado R\$ 5,5 bi, a Prefeitura teria que pagar R\$ 2 bi ao longo dos anos de 2002 e 2003, alcançando, então, a meta da LDO. A prefeitura amortizou, porém, apenas R\$ 123,14 milhões até agosto de 2002 – 9,3% da dotação para esse ano, o que reflete a pouca preocupação em pagar a dívida, principalmente antes de saber o resultado das eleições presidenciais.

Contraditoriamente à LDO, a Lei Orçamentária Anual (LOA) estima que a dívida municipal no final de 2003 aumentará para R\$ 4 bi – o que já reduziria o compromisso em gastar quase R\$ 1 bi com a dívida em 2002. Uma possível explicação pode ser o fato de o prefeito já estar prevenido multas por atraso no pagamento. Além disso, pode estar havendo também uma inclusão de R\$ 250 milhões, correspondentes ao impacto da desvalorização do real frente ao dólar na dívida externa.

De acordo com o município, a União também possui uma grande dívida com a Prefeitura. Conforme explicitado no item "Outras Receitas Correntes", a União deveria pagar ao Município R\$ 977 milhões, em sua

maioria correspondentes a tributos e multas. A questão se complica por não se tratar de tributos reconhecidos integralmente pelo Governo Federal. O município, na tentativa de receber essa quantia, move uma ação na Justiça, mas até agora não há nenhuma garantia de que a União vá ser obrigada a pagar essa dívida, quanto mais se ela será paga por inteiro ainda esse ano. Considerando então apenas a receita que deve ser efetivamente arrecadada, o Orçamento Municipal do Rio para 2003 decresce cerca de 12%, caindo de R\$ 8,2 bi para R\$ 7,2 bi.

Orçamento participativo

Apesar de garantir a participação popular no processo de elaboração do Orçamento, a Lei 3189/01 sofreu várias deturpações por dois decretos que o prefeito Cesar Maia baixou, desde a aprovação da lei na Câmara Municipal. Através desses atos de regulamentação – juridicamente questionáveis, por contrariarem a lei a que se referem, o Orçamento Participativo perdeu sua essência popular, ao deixar de comunicar a população em tempo hábil sobre as reuniões, retirando o peso da população nas decisões e transferindo-o para técnicos e representantes da Prefeitura.

Continuando o pouco caso

com o OP, a LOA prevê apenas R\$ 83 milhões para os projetos aí decididos como prioritários – o correspondente a 1% da despesa total para o ano de 2003. Para evidenciar que tal lei foi aprovada sem o seu aval e que não é sua intenção instituí-la integralmente, o prefeito específica, como fonte de recursos para o OP a dívida que a União tem com o Município, isto é, uma quantia que ele próprio sabe ser de arrecadação duvidosa.

Desempenho financeiro e orçamentário

Neste item da LOA, o prefeito César Maia faz uma comparação entre os anos de 2000 e 2001, ressaltando o fato da elevação significativa do superávit orçamentário em seu primeiro ano de gestão (2001), como resultado de uma elevação das Receitas Totais e uma queda no volume das Despesas. E ele comenta, com grande satisfação, que essa queda no volume das despesas teve como principal explicação o fato de 2001 ter sido o primeiro ano de sua gestão, quando adotou uma política de controle tanto quantitativo quanto qualitativo das despesas. O prefeito diz que o intuito desta política seria gerar maior grau de liberdade na definição de políticas públicas para os próximos anos de gestão.

As imprecisões do prefeito

Parte integrante do Projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2003, a apresentação do cenário macroeconômico tem como objetivo contextualizar as previsões orçamentárias, justificando os resultados esperados. César Maia, no entanto, utilizou esse espaço para veicular críticas, opiniões e pretensas avaliações econômicas, sem rigor científico.

Em primeiro lugar, peca por apenas repetir conceitos vulgares que a grande imprensa cria, ao atribuir a recente instabilidade econômica vivida no país às incertezas quanto as práticas e políticas do próximo presidente da República. Sem citar nomes, o prefeito julga que a crise decorre do que chamou de "Risco-Lula": "A incerteza (...) tem como foco principal a esfera política, já que persistem dúvidas em relação às práticas econômicas que serão implementadas pelo novo Presidente da República".

Em parte, pode ser verdade que o "mercado" tenha temido o resultado das eleições, mas é inadmissível ocultar a outra face do problema. Se o "ambiente de incertezas" faz com que os agentes econômicos procurem ativos mais seguros, como o dólar – elevando seu preço – é verdade também que o ex-governo, através do BC, lançou títulos indexados ao dólar em abril de 2002, evitando que a nova forma de valoração dos fundos DI causasse pressão cambial naquele momento. O mercado, seguindo seu comportamento habitual, buscou fazer *hedge* assim que os títulos foram lançados, e depois aproveitou a escassez de dólares para impor uma grande pressão cambial, fazendo com que a data de vencimentos dos títulos coincida com as altas cotações do dólar.

Em segundo lugar, o prefeito apresenta a questão do grande incremento da relação dívida/PIB, ignorando a importância do governo FHC na alta dessa razão – que representa, além de um grande aumento da dívida, um pífio crescimento do PIB. Cesar Maia, no texto de apresentação da LOA, culpa o governo eleito pelo risco de monetizar a dívida, emitindo moeda para saldá-la. Novamente, não se constitui uma inverdade, apenas uma omissão e desvirtuação da devida responsabilidade sobre a dívida e o problema para quitá-la.

Na análise feita pelo prefeito, ele frisa a ampliação significativa dos investimentos em um contexto de restrição orçamentária devido aos fluxos de pagamento da dívida municipal. Ele afirma que as despesas efetivadas no primeiro semestre de 2002 mostram a prioridade dada pelo Executivo à consecução de novos investimentos. Desta for-

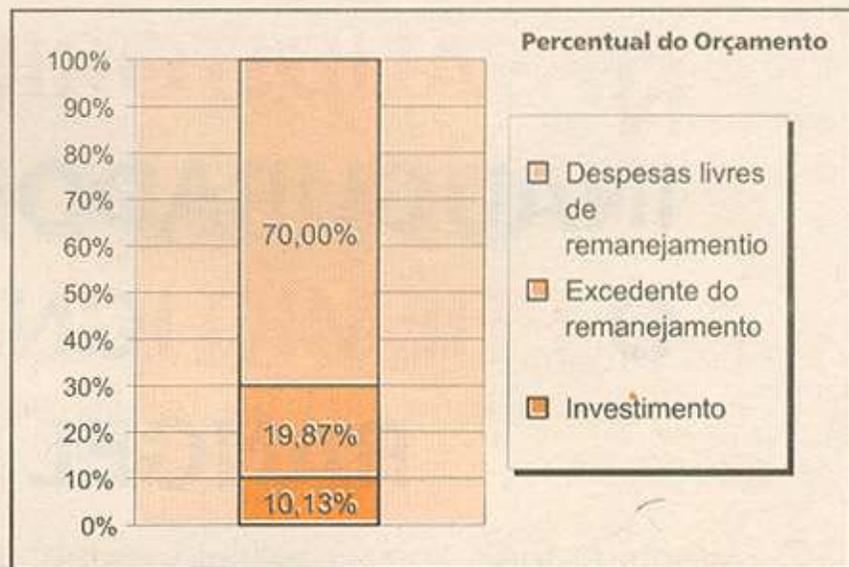
ma, segundo sua análise, em sua gestão existem altos investimentos em políticas públicas e amortização da dívida.

Entretanto, não é exatamente isso que os dados mostram. Com base neles, nota-se que o prefeito não faz nem uma coisa nem outra. Durante os meses de janeiro a setembro de 2002 só foram liquidados 33% do que foi previsto para os investimentos, e apenas 9,3% do previsto para amortização da dívida. Desta forma, os dados deixam claro que estes gastos estão bem abaixo da média, contrariando a visão otimista dada pelo prefeito à sua gestão.

Autorização para abertura de crédito

A essência da abertura de crédito, de suplementar dotações orçamentárias e atender situações não previstas, não tem sido observada durante os últimos cinco anos, abrindo espaço para um aumento da atuação do Poder Executivo.

O Prefeito tenta, porém, obter uma margem de remanejamento de 30%, bem superior ao que seria razoável. Conforme a Secretária de Fazenda afirmou na audiência pública de 05/12/2000, "a gente manda (uma proposta alta), (...) até para permitir que a negociação seja bastante ampla". Ou seja, a Prefeitura impõe uma negociação em ni-



veis absurdos, almejando um crescimento distorcido desse limite, o que resulta numa transformação do orçamento em peça meramente fictícia, onde podem estar listadas prioridades totalmente diversas daquelas refletidas na execução.

No gráfico acima, explicitamos melhor a relação entre o percentual limite de remanejamentos e o destinado a investimentos. Como pode ser percebido, o limite excede os investimentos em quase 20%, sugerindo que parte das despesas de custeio será remanejada, contrariando o que foi aprovado na LOA.

Em carta enviada à *Pan-American Sports Organization (Paso)*, Cesar Maia ressalta a grande margem de remanejamento como fator positivo para a conquista da Sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007: "To reallocate 20% of the city budget for 2002, without the

approval of the City Council (...)". [Poder realocar 20% do orçamento municipal sem a aprovação da Câmara]. As palavras do prefeito evidenciam o caráter político desse instrumento, uma vez que exclui a participação do Poder Legislativo nas decisões. Nesse caso, o poder de alteração do orçamento possibilitou uma conquista socialmente desejada. No entanto, não há garantias de que esse poder, concentrado nas mãos de uma só pessoa, será sempre utilizado de acordo com o interesse comum. Em última análise, a ausência do Poder Legislativo desestabiliza a harmonia entre os Poderes, concedendo um cunho despótico ao prefeito.

O Fórum Popular do Orçamento enviou uma proposta de emenda legislativa à Câmara Municipal, restringindo o poder de remanejamento do prefeito. ■

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Equipe técnica: Luiz Mario Behnken, coordenador, Daniela Faria, Eduardo Kaplan e Renato Elman.

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ CEP 20054-900 - Tel.: (21) 2232-8178
 Fax.: (21) 2509-8121 - Correio eletrônico: fporj@bol.com.br Portal: <http://www.corecon-rj.org.br>
 Lista de discussão: forumrio@rits.com.br

As reuniões do Fórum são abertas: todas as quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ

Teoria quantitativa da moeda

Em terceiro lugar, o prefeito utilizou argumentos contraditórios - embora válidos, se vistos separadamente - para tentar explicar a reação do empresariado nacional frente ao perigo de monetização da dívida. A questão crucial, para Cesar, é que a monetização da dívida comprometera a estabilidade da moeda nacional, prejudicando as decisões do empresariado. Dessa vez, o argumento não é um senso comum, mas quase estritamente acadêmico. Cesar Maia afirma que "a Teoria Quantitativa da Moeda coloca que a tentativa de se estimular a atividade econômica mediante expansão monetária terá impacto no produto nominal, o que em última instância significa dizer que a monetização se reflete em inflação". Novamente, tal afirmação é muito semelhante a de qualquer livro-texto de economia.

A teoria citada possui uma considerável complexidade, mas, para fins da crítica, podemos entendê-la como uma referência a um de seus pressupostos, a neutralidade da moeda. Aceitar a neutralidade da moeda significa dizer que o nível de preços ou seu movimento não interfere no nível geral de atividade da economia. Grosso modo, significa dizer que o importante é a relação entre os preços dos bens, e não seu preço em absoluto.

Assim, uma inflação de 10%, 100% ou 1.000.000% não interferiria em nada na economia real, pois os preços de todos os bens aumentariam em 10%, 100% ou 1.000.000% ao mesmo tempo. Nesse caso, a decisão de produção por parte dos empresários tem como parâmetros, dado o nível de tecnologia, a disponibilidade dos fatores de produção: capital e mão-de-obra. Ou seja, o PIB está determinado não por fatores monetários, mas reais, nada tendo a ver com a estabilidade da moeda.

Sem entrar no mérito da discussão acadêmica sobre esta teoria e sua aplicabilidade, o que o prefeito faz no seu cenário econômico é utilizar duas teorias contraditórias entre si para reforçar o perigo de uma monetização da economia. Para ser coerente, o prefeito deveria decidir se a estabilidade da moeda influencia as decisões do empresariado e, conseqüentemente, o nível de atividade da economia - como afirma em seu primeiro argumento -, ou se variações no nível de preços são irrelevantes para a atividade econômica - como afirma, ao citar a Teoria Quantitativa da Moeda.

AUDITÓRIO INAUGURADO COM O PRÊMIO IGNÁCIO RANGEL

O auditório do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro foi inaugurado em dezembro último, com a entrega do I Prêmio Ignácio Rangel de Redação aos estudantes do ensino médio da rede pública estadual vencedores desta sua primeira edição. O tema foi "O papel do economista no mundo contemporâneo".

Dois alunos de uma mesma escola, o Colégio Estadual José Lannes Dantas Brandão, em Porciúncula, no noroeste fluminense, conquistaram o primeiro e o segundo lugar. Luiz Carlos Rios Junior, recebeu o principal prêmio: um computador Pentium III, duas diárias na Pousada Mercado do Pouco, em Paraty, além de coleção de livros, assinatura de revistas e um exemplar do Almanaque Abril 2002.

A segunda colocada foi a estudante Natália Coutinho Leme Gonçalves, da mesma escola, que recebeu duas diárias na Pousada Manhã Dourada, em Rio das Ostras, mais as mesmas coleções de livros, assinaturas e

almanaque. Os estudantes Bruno Oliveira Ferreira, do Colégio Estadual Leopoldo Américo de Mello, em Angra dos Reis, e Patrícia Viana da Silva Rodrigues, do Hilton Gama, em São João de Meriti, dividiram a terceira colocação, recebendo também diárias para a Pousada Bocaina, em Friburgo, e Hotel Acapulco, em Cabo Frio, e os demais prêmios.

Auditório

Com capacidade para 50 pessoas sentadas, o auditório do Corecon-RJ, que lotou na entrega do Prêmio Ignácio Rangel, é mais um espaço aberto na sede do Conselho para abrigar os mais diversos tipos de atividades, incluindo, debates, coletivas de imprensa e divulgação de relatórios e documentos, como ocorre anualmente com o Relatório Anual da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), que no Rio é divulgado oficialmente pelo Conselho Regional de Economia.

O Prêmio Ignácio Rangel é uma promoção em parceria da Secretaria Estadual de Educação com o Corecon-RJ e a Comissão Julgadora desta primeira edição foi constituída pelos professores Renato Sprenger, Maria Gisela Cersósimo e Risonete Martiniano Nogueira, da Secretaria de Educação, mais os economistas Angela Maria Puppim e Arthur Câmara Cardoso, do Conselho.

O JE publica na íntegra a redação vencedora, exemplo de como a profissão de economista é vista por esses estudantes. ■



O auditório do Corecon-RJ, com capacidade para 50 pessoas, foi inaugurado com a entrega do Prêmio Ignácio Rangel, em dezembro



Luiz Carlos dos Rios Junior, vencedor



Natália Coutinho Leme Gonçalves, segunda colocada

Primeiro lugar

O mundo em que vivemos

Luiz Carlos Rios Junior*

Através da história, as relações comerciais entre as pessoas foram assumindo proporções cada vez mais complexas não somente a níveis regionais como também nacionais e internacionais; a gigantesca variedade de bens de consumo, de gostos e culturas diferentes fez com que a produção e distribuição destes bens se transformassem numa tarefa hercúlea. Os economistas têm que estar atentos às variações do câmbio nas bolsas de valores onde se medem economicamente até mesmo as emoções e expectativas de um povo, como está acontecendo neste momento no Brasil, por conta das incertezas com referência aos rumos que o novo governo dará à Economia. O chamado Risco Brasil (Índice que mede o grau de confiabilidade internacional da nossa economia) está altíssimo, desvalorizando a nossa moeda perante o dólar e daí a penalização do nosso povo com aumentos absurdos de preços.

Aos economistas cabe a delicada tarefa de interpretar em todos os níveis as várias forças e interesses envolvidos no comércio mundial e com esse conhecimento orientar os responsáveis pela condução da economia; enfim, de uma boa ordem econômica depende a prosperidade de um país; com a conseqüente amenização das injustiças sociais que tantos sofrimentos causam a milhões de pessoas em todo mundo.

A tão divulgada e polêmica globalização está levando os povos a se organizarem em blocos geopolíticos e econômicos para fortalecerem suas posições nas relações comerciais entre si. O Mercado Comum Europeu (MCE), unindo os países da Europa, o Mercosul (países da América do Sul) e a ALCA (países das 3 Américas) são exemplos disso.

Os grandes problemas porque passa a humanidade tais como as epidemias, a fome que atinge uma significativa parcela dos seres humanos, o efeito estufa causado pela ruptura da camada de ozônio, o envenenamento progressivo do ar e da água, o empobrecimento do solo por força dos desmatamentos e queimadas etc., etc., são problemas que somente poderão ser resolvidos com o aporte de vultosos recursos econômicos e estes, só serão conseguidos com o crescimento constante da economia.

Analisando a conjuntura mundial por este ângulo, vemos que nas mãos dos economistas repousa uma grande parcela da responsabilidade pela paz no mundo.

* Colégio Estadual José Lannes Dantas Brandão - Porciúncula/RJ